



## A (RE)SIGNIFICAÇÃO DAS APRENDIZAGENS ESCOLARES ATRAVÉS DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL CONTEMPORÂNEA

Juliana Veiga de Freitas<sup>1</sup> - UFRGS

Agência Financiadora: CAPES/REUNI

### RESUMO:

Este texto trata-se de um recorte do meu projeto de dissertação de mestrado, visando apontar como o projeto de Educação Integral emerge na racionalidade do século XXI e como professores e profissionais envolvidos compreendem as aprendizagens dos alunos na escola de tempo integral. Para tanto, trago como campo de estudo o Programa Mais Educação, entendendo-o como uma estratégia do Governo Federal para induzir a jornada ampliada, bem como qualificar as aprendizagens dos estudantes das escolas públicas. Assim, faço um breve apanhado sobre as condições que levaram à emergência da Educação Integral no século XXI, com a implantação do Programa Mais Educação nas escolas. Em seguida, problematizo o desencaixe da escola contemporânea considerando sua constituição histórica, como desafio para se pensar a Educação e o sujeito aluno atual. Na última seção, analiso narrativas de professores que atuam no Programa, para apontar o modo como estes profissionais avaliam as aprendizagens dos alunos, a partir das práticas de Educação Integral e, como suas respostas podem suscitar relevantes problemas de pesquisa em meu mestrado.

**Palavras-chave:** Programa Mais Educação, Aprendizagens, Aluno

Os modelos educacionais, bem como as concepções inventadas sobre o sujeito aluno, constituem-se em um emaranhado de relações de poder e formas de pensar a trajetória educacional da sociedade ocidental. A instituição escolar, assim como o sujeito aluno, nada mais são do que reflexos somados e ressignificados de outros tempos, esperando por 'novas' posições e percepções de uma 'outra' sociedade.

Quando as práticas escolares, bem como sua estrutura organizacional, não correspondem às demandas e necessidades de determinada sociedade, abre-se espaço para o surgimento de novas teorias, concepções e experiências educacionais, adaptadas e pensadas

---

<sup>1</sup> Orientanda de mestrado da profa. Dra. Clarice Salete Traversini, pela linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação, através do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

para as novas e futuras gerações. Estaria a educação pública brasileira repensando os tempos e espaços escolares na contemporaneidade? (VEIGA- NETO, 2007).

No campo educacional brasileiro, a década de 90 é marcada pela universalização do acesso ao Ensino Fundamental. De acordo com dados divulgados pela UNICEF (2009), o Brasil registrou avanços importantes na educação nos últimos 15 anos. Cerca de 27 milhões de estudantes estão nas salas de aula, o que corresponde a 97,6% das crianças entre 7 e 14 anos. Tal conquista desencadeia o desafio de não só garantir a permanência de crianças e jovens nas escolas públicas, mas também, e principalmente, garantir-lhes a qualidade no ensino ofertado. Segundo o Ministério da Educação,

No atual contexto brasileiro, de amplo acesso das crianças e adolescentes à escola pública, avaliações nacionais têm apontado para o não alcance da aprendizagem nos patamares desejáveis. Tal informação indica aos gestores públicos o grau de complexidade que constitui o direito à educação, considerando que as correlações entre o acesso à escola e as condições de aprendizagem ofertadas nela e em outros espaços ainda não são inteiramente conhecidas” (BRASIL, 2009, p.18)

O discurso emergente em nossa sociedade, em referência a qualidade da educação pública no país tendo como base os resultados das avaliações de rendimento escolar, vem reforçando o papel da escola como instituição capacitada para enfrentar e superar os problemas históricos em relação à aprendizagem dos alunos, verificados nos últimos anos. Neste contexto, a educação integral ganha espaço no centro do debate da política pública brasileira, como meio para se ampliar os tempos, espaços e oportunidades educativas refletindo assim na qualidade do processo educacional e na melhora do aprendizado dos estudantes (BRASIL, 2009).

A idealização e concretização de uma escola que possua um projeto de educação integral em sua perspectiva – sonho adiado de Anísio Teixeira e depois de Darcy Ribeiro (MOLL,2012) -, é retomada em 2007 no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, com o Decreto 7.083, que instaura o Programa Mais Educação como uma estratégia para implantação da Educação Integral nas escolas públicas brasileiras. O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), vêm propondo um projeto de Educação Integral, com o objetivo de conquistar efetivamente a escolaridade dos estudantes.

O Programa Mais Educação - um dos componentes do Plano de Ações Articuladas (PAR<sup>2</sup>) -, é instituído pelas Portarias Normativas Interministeriais nº 17 e 19, de 24 de abril de 2007, e tem como objetivo central “fomentar a educação integral por meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar” (Série Mais Educação, 2009, p.13). A concepção de educação integral sustentada pelo Programa é expressa, através da portaria, como possibilidade para contribuir na formação integral de

[...] crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. (Art. 1º)

A implementação do Programa Mais Educação foi iniciada no ano de 2008, em 1.380 escolas públicas. Em 2009 o número de escolas que aderiram ao Programa aumentou para 5.004, e em 2010 para 10.026, em todos os estados brasileiros. Em 2011, esse número cresceu para 15.018 escolas em 1.354 municípios do Brasil, sendo investidos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, R\$ 566.000.000,00 (MOLL, 2012). De acordo com a agenda pública pensada para a Educação Integral, no período de 2012-2014, o Programa prevê o atendimento a 32 mil escolas públicas, chegando também às escolas do campo e “compondo as ações do grande esforço de enfrentamento das profundas desigualdades sociais articuladas pelo Governo Federal por meio do Programa Brasil sem miséria” (MOLL, 2012, pg. 135).

Para participarem do Programa, as escolas devem apresentar: a) baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - abaixo de 2,9 pontos; b) o município ter assinado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação<sup>3</sup>; c) estarem localizadas nas capitais do estado brasileiro ou em cidades das regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes (MOLL, 2012). Desse modo, dimensiona-se que as ações do Programa possam incidir “em contextos de vulnerabilidade social e educacional” constituindo-se como “estratégia coadjuvante no enfrentamento das desigualdades sociais” (MOLL, 2012, pg. 134).

O Programa Mais Educação traz em sua proposta pedagógica o desafio de se ampliar o diálogo entre escola e comunidade. Transformar a instituição escolar em um espaço onde a cultura local possa conversar com o currículo escolar, e assim reconhecer a importância das

---

<sup>2</sup> Plano de Ações “elaborado por municípios e estados para o recebimento de transferências voluntárias e assistência técnica do MEC” (Série Mais Educação, 2009, p.13).

<sup>3</sup> Plano estratégico criado em 2007, com o objetivo de produzir um elenco de medidas específicas que visem a melhoria da qualidade da educação básica em cada território.

experiências educacionais também para além dos muros da escola. De acordo com o material elaborado pelo Ministério da Educação e disponibilizado às escolas que possuem o Programa, este trabalho tem como objetivo

auxiliar na construção de espaços de interseção de tal forma que os conhecimentos escolares tenham condições de trocas com os conhecimentos locais e vice-versa. Espera-se, assim, colaborar para a elaboração de um paradigma de educação integral que reúna diversas áreas, experiências e saberes. (BRASIL, 2009, pg. 13)

Esta proposta tem o intuito de não apenas ampliar o tempo e os espaços educacionais, mas também partir da idéia de que os estudantes são sujeitos portadores de diferentes experiências sociais e assim sendo “fruto de processos igualmente diferenciados” (BRASIL, 2009, p.15). Nesse sentido, e contexto, propõe-se pensar uma educação intercultural, onde as identidades culturais possam encontrar espaço para reconhecerem-se, identificarem-se e transformarem o meio escolar em uma fonte enriquecedora de trocas entre diferentes grupos, e não em um espaço de exclusão e preconceito.

Com a emergência da Educação Integral no século XXI, acredito que seja importante destacar que no decorrer do primeiro ano como mestranda busquei reunir trabalhos publicados nesta área dentro do Brasil, com o intuito de mapear o que estava sendo estudado até então neste campo educacional. Para fazer este levantamento utilizei o site de periódicos da Capes<sup>4</sup> - inserindo o termo educação integral para realizar a busca por tais estudos-, bem como o site de pesquisa Google com o objetivo de localizar os trabalhos produzidos e enviados à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) sobre o referido tema.

Através do portal de periódicos da Capes, encontrei três trabalhos<sup>5</sup> que fazem referência à implantação da Educação Integral nas escolas públicas brasileiras, sendo dois publicados em 2011 e um em 2002. Cavaliere (2002) traz em seu artigo a busca por uma nova identidade para a escola contemporânea de ensino fundamental, abordando o conceito de educação integral em uma visão pragmatista. Castro e Lopes (2011) analisam a relação entre os objetivos das políticas educacionais de Educação Integral e os dados da experiência concreta em uma escola pública de São Paulo, a fim de compreender os avanços, desafios e limites da proposição desta política para a educação pública. E por fim, Matos (2001) tem por

---

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

<sup>5</sup> **Cavaliere** (2002): *Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira* / **Castro e Lopes** (2002): *A escola de tempo integral: desafios e possibilidade* / **Matos** (2011): *O Programa Mais Educação do governo federal e sua versão em Duque de Caxias: o Programa Mais Escola*;

objetivo analisar as práticas educativas no município de Duque de Caxias/RJ a partir da implementação do Programa Mais Educação/Mais Escola, questionando como vêm sendo implementadas as práticas educativas associadas a esses programas nos turnos de uma escola municipal.

Nos trabalhos publicados através da ANPED, encontrei cinco artigos datados nos anos de 2003, 2004 e 2011, sendo três destes escritos pela professora da UNIRIO Ligia Martha Coelho<sup>6</sup>. Os outros dois trabalhos<sup>7</sup>, apresentados no Grupo de Trabalho 13 – Ensino Fundamental- na 34ª reunião anual da ANPED em 2011, também tiveram como autoras três professoras das Universidades do Rio de Janeiro, Ana Maria Cavaliere, Lucia Velloso Mauricio e Sheila Matos. Destes cinco estudos, destaco: a) três<sup>8</sup> discutem a concepção de educação integral a partir de experiências materializadas nas práticas de ampliação de jornada escolar (focado no estado do Rio de Janeiro); b) um<sup>9</sup> analisa como estão sendo desenvolvidos os saberes diferenciados nas práticas educativas de uma Escola Municipal que vem implementando o Programa Mais Educação; c) um<sup>10</sup> tem como objetivo articular os resultados de uma pesquisa de âmbito nacional, encomendada pelo Ministério da Educação, aos debates atuais sobre a ampliação da jornada escolar e a perspectiva de enfrentamento das desigualdades educacionais.

A pesquisa citada no artigo das professoras do Rio de Janeiro foi solicitada pelo Ministério da Educação, através da atual Secretária da Educação Básica, sendo esta parte do relatório intitulado “*Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira*”<sup>11</sup> desenvolvido por um grupo de professores das Universidades públicas Federais, no ano de 2009. A origem dessa pesquisa surgiu em dezembro de 2007, quando o Ministério da Educação promoveu em Brasília o Seminário “Educação Integral e Integrada: reflexões e apontamentos”. Durante esse encontro, foi proposto a um grupo de Universidades Públicas “a elaboração de um projeto que investigasse

---

<sup>6</sup> 26º ANPED (2003): *Escola pública, educação integral em tempo integral e trabalho educativo no ensino fundamental*;

<sup>7</sup> 27º ANPED (2004): *Educação Integral: concepções e práticas na educação fundamental*;

<sup>8</sup> 34º ANPED (2011): *Alunos no Ensino Fundamental, ampliação da jornada escolar e Educação Integral*;

<sup>9</sup> **Cavaliere e Mauricio**: As práticas de ampliação da jornada escolar no Ensino Fundamental: sobre modelos e realidades

**Matos**: Os saberes diferenciados nas práticas educativas do Programa Mais Educação/Mais escola: avanços e desafios

<sup>10</sup> COELHO, 2003, 2004, 2011

<sup>11</sup> MATOS, 2011

<sup>12</sup> CAVALIERI e MAURICIO, 2011

<sup>13</sup> Disponível para download no Portal do Ministério da Educação:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12372:mais-educacao&catid=312:mais-educacao&Itemid=586](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12372:mais-educacao&catid=312:mais-educacao&Itemid=586)

as experiências de ampliação da jornada escolar no ensino fundamental em curso no Brasil, identificando as principais práticas em vigor e as concepções a elas subjacentes.” (BRASIL, 2009, pg. 5). Este estudo teve como objetivo mapear as experiências relevantes com o intuito de subsidiar a discussão sobre as políticas públicas voltadas para a implementação da Educação Integral, em nível nacional (BRASIL, 2009).

O que pude perceber com este levantamento de trabalhos no campo da Educação Integral é que muito vem se produzindo em termos de concepções sobre a educação integral atrelado às experiências municipais já implementadas anteriormente ao Programa Mais Educação nas escolas públicas brasileiras, em especial no estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, acredito que seja interessante estudar o projeto de Educação Integral, através do Programa Mais Educação, por um outro viés.

Para este trabalho percebo como importante apontar o projeto de Educação Integral como uma possibilidade para se repensar, ‘reinventar’ a instituição escolar na sociedade pós-moderna e também, a partir da perspectiva pós-estruturalista, como uma forma de gerenciamento do tempo livre de crianças e adolescentes na contemporaneidade. A partir dessas compreensões é possível pensar a educação como prática que vai além das paredes de uma sala de aula e dos escritos de um quadro negro. Práticas pedagógicas que não se restringem apenas ao conhecimento de conteúdos formais, mas sim que se relacionem com as experiências dos sujeitos e o modo como vivenciam sua cultura.

### **O descompasso da escola contemporânea (e dos sujeitos escolares) como desafio para se pensar a Educação Integral**

Pensar a educação hoje nos remete a análises dos processos e contextos sociais, culturais, econômicos e políticos de outros tempos, para assim compreendermos de que forma se deu a instauração da institucionalização da Escola. Para tanto, cabe retomar, de forma breve, as condições que possibilitaram, na Modernidade a emergência da escola, vista como uma instituição disciplinar, reguladora, com a finalidade de produzir uma nova sociedade.

No século XVIII, com o fim da Idade Média, têm-se a passagem de uma sociedade baseada no sistema de produção feudal para uma sociedade definida a partir do modelo de produção capitalista. Atrelado a isto surge uma nova concepção de sujeito – não mais aquele homem frágil e submisso à vontade Divina – mas sim, um sujeito que está no centro da ação social, sendo sua consciência o centro de suas próprias ações, guiado por sua razão e racionalidade (SILVA, 2009).

O Estado, representado pela burguesia, transformou-se gradualmente no regulador e controlador da educação, fundamentando-a de acordo com a sociedade industrializada que emergia no início do século XIX. A instituição escolar apresenta-se como uma maquinaria de transformação destes sujeitos modernos (VARELLA e ALVAREZ – URUA, 1992), uma vez que se tornou um espaço (fechado) para que crianças e jovens fossem enclausurados e retidos, com o objetivo de serem governados e domesticados. Como esclarece Bauman (2001), este modelo de Escola foi colocado a serviço de uma Modernidade que deveria tornar a sociedade o mais previsível e segura possível.

Atualmente, no século XXI, a impressão vigente que se tem sobre a instituição escolar é que esta parece estar em desencaixe com a sociedade atual. O descompasso torna-se visível quando se fala nos alunos que frequentam os espaços escolares, os *corpos que não param* (FREITAS, 2011), e os conteúdos curriculares que não interessam aos mesmos, pois, muitas vezes, não se relacionam com seu cotidiano.

Para Fabris (2007), a escola vem sofrendo alguns deslocamentos quanto seu significado e função perante a sociedade atual. Se em outros tempos a escola foi entendida como um espaço para “aprendizagem de ofícios, templos do saber, lugar sagrado, máquina de ensinar, não estaremos no limiar de uma nova concepção de escola e de significação das aprendizagens escolares?” (FABRIS, 2007, pg 6). Estaria a escola contemporânea deslocando sua centralidade do conhecimento escolar para a problematização das relações pessoais, culturais, sociais, históricas?

O argumento para se pensar tal deslocamento vem se constituindo a partir do momento em que os sujeitos escolares também vêm sendo problematizados. A autora afirma que nos dias de hoje,

[...] é necessário que um aluno e uma aluna sejam eficientes, produtivos, autônomos, flexíveis, com alta capacidade de mudança e velocidade. Os significados para as aprendizagens e para a permanência ou não na escola são alterados e reinscritos em outras dinâmicas, diferentes daqueles sonhos caros à modernidade. (FABRIS, 2007, 10)

Com esse intuito, Programas e Políticas Governamentais encontram na escola um espaço privilegiado – por ser a instituição pelo qual todos passam - para criar e desenvolver determinados tipos de sujeitos que dêem conta das demandas de nossa sociedade. E é nesse sentido que Programas como o Mais Educação ganham espaço para discussões e implementações nos espaços escolares.

Se a qualidade e a estrutura da educação no Brasil não vão bem, se os alunos não aprendem conteúdos significativos para a vida, se a vulnerabilidade social em que vivem milhares de crianças e adolescentes vem interferindo em sua escolaridade e, diante de tais fatores, a violência e desigualdade crescem no país, a escola torna-se o espaço de possibilidades para reverter os problemas criados e enfrentados pela sociedade.

### **Que aprendizagens são essas? Como os professores narram as aprendizagens adquiridas pelos alunos participantes do Programa Mais Educação.**

No ano de 2010 o Ministério da Educação, através da Secretária de Educação Básica, firmou parcerias com Universidades Públicas, em alguns estados do Brasil, para que se fossem pensados cursos de formações que atendessem a demanda de profissionais que estariam implantando o Programa Mais Educação em suas escolas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da Faculdade de Educação, elaborou um projeto de Extensão, focando o atendimento das escolas que possuem o Programa Mais Educação, na região metropolitana de Porto Alegre/RS. Este projeto<sup>12</sup>, sob coordenação das professoras Maria Luisa Xavier e Ivany Ávila, se propôs qualificar o trabalho dos profissionais que atuam no Programa, o que significa também buscar a qualificação das aprendizagens dos seus respectivos alunos.

O Curso de Extensão, ora referido, ocorreu em duas versões, para diferentes grupos de municípios. A primeira versão desenvolveu-se no 1º semestre de 2010, de abril a julho, com um total de cinco encontros. A segunda versão, por sua vez, no 2º semestre de 2010, com início em agosto e término em dezembro, planejada em dez encontros, respondendo aos pedidos contidos nas avaliações dos participantes da 1ª versão do Curso, de uma formação mais intensiva nas áreas específicas de conhecimento.

Este Curso de Extensão<sup>13</sup> propiciou-me a imersão no campo da Educação Integral de modo que pude presenciar os medos, anseios, conquistas e alegrias das escolas e de seus profissionais ao implantarem o Programa Mais Educação em seus e outros espaços. Uma outra lógica de educação estava invadindo os espaços escolares e, para que isso pudesse ser

---

<sup>12</sup> Esta formação visou atender profissionais que atuam nas diferentes instâncias do Programa Mais Educação, sendo eles: gestores da secretaria estadual, das secretarias municipais e de escolas da região metropolitana de Porto Alegre/RS; professores comunitários e ou coordenadores do programa nas escolas, professores das escolas, estudantes universitários e educadores populares que vêm atuando como oficineiros no “contraturno” de tais instituições.

<sup>13</sup> Atuei no Curso de Extensão como assessora administrativo-pedagógica, estando presente em todos encontros, planejamentos e organização do referido.

compreendido por mim, e por todos aqueles que se fizeram presentes no Curso, era preciso estudar.

Por tudo isso, e por acreditar que estamos vivendo outros tempos históricos, sociais e culturais, me senti instigada a estudar como a escola contemporânea, através de um projeto de Educação Integral, vem se reinventando para encaixar-se em uma sociedade denominada por Zigmunt Bauman (2001) como líquida, fluída, escorregadia.

Minha curiosidade foi, por vezes, observada nos questionamentos levantados pelos educadores, frente ao desafio de reestruturar o cotidiano e o espaço escolar para receber o Programa. Dúvidas e questionamentos sobre como proceder pairavam nas faces inquietas destes profissionais que não sabiam como atender as necessidades de seus alunos e fazer com que seus colegas de profissão acreditassem na proposta do Programa e, por conseguinte, em outras formas de educar.

Com o decorrer do Curso de Extensão, e em especial na sua 2º versão, pude perceber nas falas dos participantes um discurso de ordem “positiva” em relação aos efeitos do Programa nas escolas. Mesmo que ainda houvesse resistências por parte de muitos docentes e gestores em “abraçar” o Programa Mais Educação e críticas referentes à sua estruturação e implantação, já se relatavam exemplos de sucesso em sua implementação, como o aumento do IDEB da escola, a melhora no comportamento dos alunos na sala de aula do turno regular, a melhor convivência entre alunos e professores, o comprometimento e participação dos alunos nas atividades propostas, dentre outros. Tais exemplos passaram a me chamar atenção no momento em que foram caracterizados pelos participantes do curso como as aprendizagens trazidas pelo Programa. Aprendizagens essas que, por vezes, estavam diretamente relacionadas aos números (estatísticos e/ou avaliativos), e ao comportamento dos alunos.

Tal constatação suscitou em uma breve avaliação a ser respondida pelos representantes das Secretarias de Educação, bem como os professores coordenadores do Programa nas escolas, no Encontro Conclusivo do Curso de Extensão, realizado em abril de 2011, que teve como intuito resgatar as experiências vividas durante o Curso e compartilhar as expectativas dos municípios e escolas para os próximos anos do Programa.

Esta avaliação, composta por três perguntas teve como foco central as aprendizagens adquiridas no Programa Mais Educação. Vinte e três escolas propuseram-se a responder as seguintes questões: a) Que mudanças estruturais e pedagógicas o Programa Mais Educação trouxe para sua escola?; b) Descreva uma situação em que foi possível perceber a aprendizagens escolares e/ ou não escolares que resultaram da participação dos alunos nas

oficinas do Programa Mais Educação.; c) Na sua visão, o Programa Mais Educação vem qualificando a aprendizagem dos alunos na sua escola?. De forma geral, irei fazer uma síntese do que foi apontado pelos profissionais como forma de conhecer, com um pouco mais de proximidade, como estes vem narrando as práticas e ações de educação integral nos espaços escolares vivenciados.

Na primeira questão, onde se procuram identificar algumas mudanças que o Programa trouxe para as instituições escolares, destaco o aparecimento de fatores que antes eram motivos para empecilhos, e, no momento, emergem como desafios superados. Um exemplo disso é o maior espaço ocupado, no sentido físico e pedagógico, pelo Programa na escola, integrando professores e oficineiros, bem como adquirindo a participação de outros segmentos da comunidade escolar, como Associações de Moradores, Igrejas e etc., na aquisição de outros locais para funcionamento das oficinas. Tais fatores, de acordo com os participantes, vêm ressignificando os espaços e tempos da instituição escolar, assim como a visão de seus profissionais sobre a Educação Integral.

Na segunda questão proposta, das vinte e três respostas obtidas, apenas uma descreveu um ‘momento de aprendizado’ assistido nos espaços onde ocorrem as oficinas. A monitora de Letramento, do município de Santo Antonio da Patrulha/RS, descreve a cena da seguinte forma:

No nosso município há um projeto em que os estudantes universitários realizam horas de atividades complementares para ganharem descontos na passagem do transporte universitário. Então, todo final de semestre é realizada uma gincana de integração das escolas que fazem parte do Mais Educação, organizada pelos universitários. Neste semestre, a gincana foi no dia 2 de julho e uma das atividades foi o ‘soletrando’ (atividade que eu faço em minhas oficinas), e depois que acabou a brincadeira um aluno relembrou palavras que eu já havia falado para eles como, ‘chuchu’, então ele me disse que se fosse ele que estivesse soletrando ele iria acertar a palavra. *(4 de julho de 2011)*

As outras respostas para a mesma pergunta, fizeram referência ao comportamento dos alunos, às notas alcançadas nas avaliações escolares, a eventos promovidos pela escola com participação dos alunos do Programa e ao aumento na nota do IDEB.

Houve uma aprovação de mais ou menos 90% dos alunos que participavam da Educação Integral. *(Profa Comunitária de Gravataí – 04/07/2011)*

No dia a dia é bem visível a mudança dos alunos na oficina de dança, notamos que os alunos se concentram e aprendem com facilidade [...] já apresentaram no dia das mães e na festa junina e foi um sucesso [...] no letramento fizemos o teatro e a dedicação e o empenho dos monitores estão

fazendo muito bem aos nossos alunos, e o reflexo é a disciplina e o aprimoramento na aprendizagem, com um índice de aprovação. *(Profa Comunitária de Gravataí – 04/07/2011)*

Aqui, torno importante destacar a emergência do discurso estatístico referente ao bom desempenho escolar e as aprendizagens dos alunos. Os números aparecem como resultado de um trabalho pedagógico bem realizado, dispensando exemplos do cotidiano escolar, pois, por si só produzem “um sedutor efeito como se contra eles não se tivesse argumentos” (BELLO; 2009, pg. 145).

Na terceira e última questão, todas as respostas foram unânimes ao afirmar que, sim, o Programa Mais Educação vem qualificando a aprendizagem dos alunos. Dentre as justificativas elencadas, duas chamam mais atenção: alunos mais “comportados” e a possibilidade de permanecer mais tempo na escola participando de atividades diversas, enquanto os pais trabalham.

Com certeza, hoje o Programa está sendo visto como um benefício, não só para a escola, mas principalmente para o aluno e suas famílias que, muitas vezes, por falta de estrutura, não consegue acompanhar o contexto do aluno na escola, esses pais, por sua vez, sentem-se mais seguros ao deixar seus filhos por mais tempo na escola [...]

*(Profa Comunitária de Cachoeirinha – 04/07/2011)*

Sim. O Mais Educação vem oferecendo oportunidade aos alunos quanto a participação de atividades diversas, resgate da auto estima. Esses aspectos influenciam diretamente na aprendizagem em sala de aula, pois os alunos chegam no turno regular mais calmos e motivados a aprender, mostrando resultados positivos e significativos dentro da escola. *(Profa Comunitária de Cachoeirinha – 04/07/2011)*

Assim, entendo que as aprendizagens passam a ser relacionadas ao disciplinamento – controle dos corpos - e ao gerenciamento do tempo livre. Pensando pelo primeiro aspecto, é notável a dificuldade encontrada pelos professores em controlar os corpos explosivos de seus alunos, tornando-os quietos e disciplinados, em espaços cada vez mais estreitos, como por exemplo, as salas de aula do dito turno regular. Para o sociólogo François Dubet (1997) os alunos não estão “naturalmente” dispostos a fazer o papel de alunos, e os professores precisam dar aulas para quem ainda não sabe ser aluno. No entanto, Xavier (2003) vem chamando atenção ao esquecimento do papel da Escola em relação às questões disciplinares, sendo a indisciplina um dos problemas mais citados pela instituição escolar. Segundo a

autora, ainda parece não ficar claro quando se fala na formação moral dos alunos nas escolas ou dos processos de disciplinamento escolar. Em relação ao aumento no tempo de permanência dos alunos na instituição escolar, percebe-se uma ênfase no discurso de que a escola é o lugar de aprender, e que, logo, passar mais tempo dentro de seus espaços aumenta a possibilidade e efetivação destas aprendizagens. Mas será mesmo?

As constatações extraídas das respostas, quando somadas, potencializam meus questionamentos a cerca das práticas de aprendizagem que vêm sendo reproduzidas pelos profissionais envolvidos no Programa. Minha inquietação surge ao perceber que estes educadores, ao serem questionados, atribuem aos resultados das avaliações às expressões dos comportamentos dos alunos e a ampliação da permanência destes na escola, como forma de materializar suas aprendizagens. Ou seja, o aluno está aprendendo porque a nota do IDEB da escola aumentou, porque seu comportamento em sala de aula tem sido “exemplar” ou ainda porque ao invés de estar na rua, correndo riscos, ele está dentro da escola participando das oficinas.

Mas afinal, quais aprendizagens e de que forma elas vêm constituindo as subjetividades do sujeito aluno aprendiz, participante do Programa Mais Educação? São elas apenas comportamentais? O aumento da nota nas avaliações pode afirmar que os alunos estão realmente aprendendo? Como os alunos entendem o processo de aprendizagem?

Inquietações que desacomodam e aguçam a curiosidade de uma jovem pesquisadora no início de sua jornada... Desacomodações que inquietam e instigam a pesquisa de uma dissertação de mestrado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. O Direito de Aprender: Potencializar avanços e reduzir desigualdades In: SILVA, Maria de Saete; ALCANTARA, Pedro Ivo. Brasília, DF: UNICEF, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/coonstituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/coonstituicao.htm)

\_\_\_\_\_. Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. 104 p.il.

\_\_\_\_\_. Rede de saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1º Ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009. 92p. il

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm).

\_\_\_\_\_. Portaria normativa interministerial N° 17, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article)

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 258 p.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n 5/6, mai/dez. 1997, p. 222-231

FABRIS, Eli Teresinha. A escola contemporânea: um espaço de convivência? In: 30ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2007, Caxambu/MG. *Anais do evento*. 17p. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT13-3044--Int.pdf>

FREITAS, Claudia Rodrigues de. *Corpos que não param: criança, “TDAH” e escola*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 195f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline (org). *Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. (p.129 - 146)

SILVA, Tomaz Tadeu. Os Estudos Culturais e o currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autentica, 2009. (p. 131 – 137).

VARELA, Julia; URIA, Fernando Alvarez. A maquinaria escolar. *Teoria e Educação*, Porto Alegre. n° 6, 1992. p. 68-96

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade. In: COSTA, Marisa V. (org). *A escola tem futuro?*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. (p. 97 – 118)

XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas. *Os incluídos na escola: o disciplinamento nos processos emancipatórios*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 264f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

